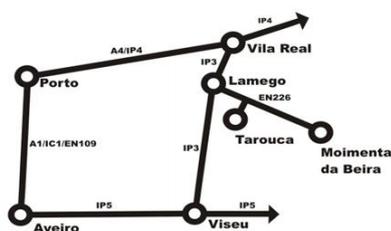


Câmara Municipal de Moimenta da Beira
Divisão de Planeamento, Obras, Urbanismo e Ambiente

Revisão do Plano Diretor Municipal de Moimenta da Beira



Avaliação Ambiental
Estratégica_
**Declaração
Ambiental**

29 de junho de 2015

[Texto convertido pelo conversor da Porto Editora, respeitando o Acordo Ortográfico de 1990]

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Data de aprovação

Moimenta da Beira, 29 de junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Moimenta da Beira

Índice

- 1_ Nota Introdutória, 3

- 2_ A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano, 4

- 3_ Consulta Pública, 9
 - 3.1_ Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º do DL 232/2007, 9
 - 3.2_ Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º do DL 232/2007 (Estados Membros da União Europeia), 14

- 4_ As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração, 15

- 5_ As medidas de controlo previstas, 17

1. Nota Introdutória

A revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Moimenta foi aprovada em Assembleia Municipal, em **29 de junho de 2015**.

A presente Declaração Ambiental (DA) foi desenvolvida com base no estipulado no Artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) onde constam os elementos que devem ser incluídos na Declaração Ambiental, designadamente:

- A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no plano;
- As observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º e os resultados da respetiva ponderação, devendo ser justificado o não acolhimento dessas observações;
- Os resultados das consultas realizadas nos termos do artigo 8.º (Estados Membros da União Europeia);
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas (em conformidade com o disposto no artigo 11.º).

2. A forma como as considerações ambientais e o Relatório Ambiental foram integrados no Plano

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) implicou um primeiro momento de definição do âmbito, que permitiu configurar os temas fundamentais em avaliação que integraram os Fatores Críticos de Decisão (FCD). Nesta fase da AAE, tomando como elementos de base os **Fatores Ambientais** (FA) que se expressam nas características intrínsecas do território em questão, realizou-se uma análise focada na interação das **Opções Estratégicas** (QE) da proposta de revisão do PDM de Moimenta com os objetivos do **Quadro de Referência Estratégico** (QRE) preconizado para a proposta de revisão do PDM. Com esta análise foi determinado o grau de convergência dos objetivos estratégicos do PDM com os objetivos de ambiente e sustentabilidade preconizados nos diversos instrumentos de política ambiental que integram o QRE.

Identificaram-se as questões de sustentabilidade ambiental que se prefiguraram determinantes para o objeto em análise, a proposta de revisão do PDM de Moimenta, tendo as mesmas sido integradas nos **Fatores Críticos de Decisão**, por forma a contribuir para o processo de tomada de decisão e promover o alcance do(s) objetivo(s) de sustentabilidade ambiental pretendidos na execução da revisão do PDM de Moimenta.

Desta forma, foram definidos como FCD a analisar no âmbito da AAE, que reuniram os aspetos de ambiente e sustentabilidade relevantes que serviram de base para a tomada de decisão:

- **Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Qualidade de Vida;**
- **Conservação e Valorização do Património Natural;**
- **Qualidade Ambiental;**
- **Riscos Ambientais;**

Atendendo ao Relatório de Fatores Críticos desenvolvido e aos pareceres emitidos pelas entidades consultadas com responsabilidades ambientais específicas, foi elaborado o Relatório Ambiental e o Resumo Não Técnico.

A metodologia de AAE adotada, no âmbito da elaboração do Relatório Ambiental, para a caracterização de cada um dos FCD definidos, envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano;
- Análise dos efeitos esperados pela execução do Plano;
- Avaliação estratégica de oportunidades e ameaças;
- Proposta de um programa de seguimento, com diretrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a ação;
- Orientações para o estabelecimento de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Da análise de cada um dos Fatores Críticos de Decisão resultou ainda a indicação da necessidade de integração de algumas questões ambientais consideradas importantes, nos objetivos estratégicos do próprio plano.

Assim, as opções estratégicas e respetivos objetivos estratégicos inerentes à revisão do PDM de Moimenta, que se encontram expressos nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDM, integram domínios de carácter ambiental, social e de ordenamento do território considerados relevantes e convergentes com uma política de sustentabilidade inspirada nos referenciais estratégicos definidos no âmbito da AAE (Quadro 1).

Quadro 1 – Opções Estratégicas e Objetivos Estratégicos da proposta de revisão do PDM de Moimenta (Fonte: adaptação dos estudos setoriais que suportam a proposta de revisão do PDM de Moimenta)

Opções Estratégicas	Objetivos Estratégicos
<p>Preservar e valorizar os recursos naturais e promover o cluster do turismo sustentável, ecoturismo e desportos radicais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Preservar, defender e valorizar os recursos naturais locais - Programar infraestruturas de apoio ao turismo como praias fluviais, zonas de lazer, parques de campismo, fomentar a pesca desportiva e Rede de percursos Pedestres, associados aos principais cursos de água que atravessam o concelho - Apoiar e valorizar formas de turismo concelhias (Turismo Sustentável, Ecoturismo e Desporto-Aventura), associadas ao seu quadro de recursos naturais e ao património histórico e cultural, e promover a sua integração em redes supra municipais, valorizando a identidade concelhia - Criar novos equipamentos de apoio à atividade turística (unidades de turismo, serviços de apoio, percursos, roteiros e outros pontos de interesse) - Organizar um plano de formação profissional, adequando-o às necessidades decorrentes do Cluster do Ecoturismo - Coordenar as ações de promoção e desenvolvimento do turismo sustentável regional, articulando os diversos agentes do setor (setor hoteleiro, restauração, promotores turísticos, autarquia, Região de Turismo e instituições regionais); definindo campanhas promocionais adequadas e valorizando os elementos de lazer e cultura - Condicionar a edificação em espaços de valor natural - Qualificar as práticas agrícolas e pecuárias de forma a não serem geradoras de impactos ambientais) - Estimular a prática de exploração de energias alternativas. - Qualificar os espaços comerciais através da valorização das zonas antigas e requalificação de ruas comerciais
<p>Promover o desenvolvimento de atividades económicas de base local, valorizando os recursos endógenos, baseado nos critérios de sustentabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Qualificar (estruturar, infraestruturar e equipar) as zonas industriais existentes e promover a sua ampliação, garantindo níveis de acessibilidades melhorados aos principais eixos e nós (tendo presente uma preocupação de enquadramento com a envolvente urbana) - Adquirir e beneficiar de condições operativas, para a diversificação e reestruturação sectorial do tecido produtivo local - Adotar um modelo de gestão sustentável das áreas industriais e empresariais, garantindo a inclusão e defesa dos princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios, criando condições favoráveis à promoção de projetos de valorização ambiental - Permitir o acesso a novas tecnologias de comunicação - Fomentar a localização de novos investimentos, através do reforço das condições de empreendedorismo local - Desenvolver, modernizar e qualificar a atividade florestal, agrícola (com aposta na produção de produtos tradicionais e de agricultura biológica) e de produção animal
<p>Qualificar a rede urbana concelhia e apoiar a dinâmica sociocultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, reforçando a coesão social e territorial, valorizando a dimensão da qualidade de vida - Apostar nos usos públicos como motores da qualidade urbana - Valorizar elementos naturais no interior e na envolvente dos aglomerados (espaços de ligação ao território rural), como a criação de uma rede de espaços verdes equipados - Reabilitar as Zonas Urbanas antigas dos principais aglomerados através da valorização do papel das centralidades e na qualificação dos valores

	<p>patrimoniais</p> <ul style="list-style-type: none">- Assegurar níveis adequados de serviço de infraestruturas (sistemas de abastecimento de águas e sistemas de tratamento de águas residuais) , essencial para a qualidade de vida das populações- Promover o reequilíbrio funcional, minimizando efeitos negativos da proximidade entre funções díspares, garantindo, nomeadamente, afastamentos de localização industrial aos aglomerados urbanos.- Oferecer novos modelos urbanos de média e baixa densidade, atraindo novos residentes para o concelho.
--	---

Salienta-se que, para além de se verificar o atendimento das questões de sustentabilidade ambiental nos objetivos estratégicos expostos no plano, as matérias ambientalmente significativas encontram-se transpostas para os elementos do plano com carácter vinculativo, designadamente no seu regulamento.

Neste contexto, importa evidenciar que dos "Instrumentos de Gestão Territorial a observar" inseridos no Artigo 4.º do regulamento da revisão do PDM, constam o PEASSAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais), o PNUEA (Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água) e a ENEAPAI (Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais).

Por outro lado, relativamente às “Zonas Inundáveis ou ameaçadas pelas cheias” (Artigo 16.º), o regulamento prevê o seguinte:

- “1. Consideram-se zonas inundáveis as áreas atingidas pela maior cheia conhecida de um curso de água e como tal delimitada na Planta de Ordenamento e na Planta de Condicionantes - REN.
2. Nas zonas ameaçadas pelas cheias não são admitidas:
- a) Operações urbanísticas de construção qualquer que seja o seu fim;
 - b) Alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas;
 - c) Realização de obras que impliquem alterações das características naturais das zonas ou da foz das ribeiras;
 - d) Destruição do revestimento vegetal ou alteração do relevo natural;
 - e) Instalação de vazadouros, lixeiras ou parques de sucata.
3. Mediante autorização da entidade responsável pelos recursos hídricos, podem ser autorizadas nas zonas ameaçadas pelas cheias obras hidráulicas, incluindo obras de consolidação e proteção, captação e rejeição (infraestruturas de saneamento básico), instalação de travessias aéreas ou subterrâneas e ecovias.”.

Existe ainda no regulamento uma secção específica (Secção III) que diz respeito à “Estrutura Ecológica Municipal” (EEM). De acordo com o articulado no n.º 1 do Artigo 11.º, “os solos pertencentes à estrutura ecológica municipal integram os recursos e valores naturais indispensáveis à utilização sustentável do território e é constituído pelas áreas, valores e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental dos espaços rurais e urbanos, sendo a filosofia de intervenção subjacente à Estrutura Ecológica Municipal, a de preservação, conservação e proteção de áreas ecologicamente sensíveis numa ótica de relação equilibrada e sustentada com a vida das comunidades locais.”, sendo que, de acordo com o n.º 3 do Artigo supramencionado, “a Estrutura Ecológica Municipal resulta da agregação dos espaços afetos à Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional, Regime Florestal, Rede Natura 2000 e corredor ecológico do PROF.”.

O regulamento contempla ainda, na alínea e) do n.º 7 do Artigo 36.º, relativamente a instalações agropecuárias, o seguinte articulado: “nas novas instalações agropecuárias, deve garantir-se um afastamento mínimo de 200 metros a edificações existentes destinados a habitação, comércio e serviços, turismo ou empreendimentos turísticos, com exceção das situações de complementaridade com a atividade agrícola e instalações de uso coletivo e promover a criação de uma “cortina verde” de isolamento e proteção na envolvente da área edificada, através de arborização por espécies de folha perene e ainda, observar as orientações constantes na Estratégia nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI).”

De salientar, ainda, que a integração de questões de sustentabilidade ambiental no Plano foram asseguradas através da definição de um Plano de Controlo que força a aplicação de medidas de sustentabilidade na fase de execução do plano. Neste contexto, acresce a importância da **fase de seguimento**, que promove o acompanhamento da implementação da proposta de revisão do PDM de Moimenta, através da monitorização da evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, sua análise face a metas estabelecidas em documentos estratégicos, e ainda a possibilidade de se efetuar uma revisão periódica ao plano de controlo proposto (Quadro 3 e Quadro 4).

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

3. Consulta Pública

3.1. Observações apresentadas durante a consulta realizada nos termos do artigo 7.º

De acordo com o n.º 1, do Artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) a Avaliação Ambiental Estratégica requer que, antes da aprovação do plano e do respetivo relatório ambiental, a entidade responsável pela sua elaboração (Câmara Municipal de Moimenta) promova a consulta das entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, seja suscetível de interessar os efeitos ambientais resultantes da sua aplicação.

No quadro seguinte apresenta-se o sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres emitidos pelas Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas (ERAE) consultadas, relativamente ao Relatório Ambiental entregue. Todas as sugestões mereceram especial atenção, tendo sido na sua maioria consideradas na revisão do relatório ambiental final. As questões que não sofreram alteração, de acordo com as sugestões das ERAE, foram alvo de justificação.

Quadro 2 - Sumário das sugestões, comentários e/ou assuntos abordados nos pareceres apresentados pelas entidades consultadas

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE		Observações
Instituto de Gestão do Património Arqueológico e Arquitetónico		
O IGESPAR SUGERE:	Que devem ser consideradas áreas de sensibilidade patrimonial, nomeadamente, antigas áreas de culto (capelas, Igrejas e Santuários) assim como os centros históricos de comprovada importância patrimonial.	Estas áreas encontram-se identificadas no Relatório Ambiental, para além de se encontrarem caracterizadas no relatório dos Estudos Setoriais de Caracterização e identificadas na planta do património e nas plantas de ordenamento e de condicionantes do plano.
Autoridade Nacional de Proteção Civil		
A ANPC SUGERE:	Que se identifiquem e caracterizem os riscos ambientais, nomeadamente as cheias, incêndios, erosão, deslizamentos de terras e acidentes industriais existentes na área em estudo	Esta sugestão foi tida em consideração, tendo sido analisados os riscos ambientais no fator crítico de desenvolvimento "Riscos Ambientais".
	Que sejam consideradas as implicações	Os riscos de incêndio florestal foram

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE		Observações
	que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios tem na ocupação do solo em função da sua classificação de risco florestal elevado e muito elevado.	analisados no FCD Riscos Ambientais, tendo sido utilizado para essa análise o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.
	Que relativamente à Barragem da Nave, deve ser feita referência a possíveis situações de emergência resultantes da sua rotura total ou parcial. Neste sentido devem ser estabelecidos os possíveis impactos nas pessoas, bens e ambiente, que possam decorrer de anomalias nessa estrutura.	
Instituto de Infraestruturas rodoviárias		
O SUGERE:	INIR Que seja alterada a redação do 2º paragrafo do ponto 2. Enquadramento Legal (pág.9). Que seja alterada a redação do ponto 8. Envolvimento Público Institucional (pág.54), substituir consulta pública por consulta às ERAE. Que seja efetuada uma análise diagnóstico que sustente cada um dos FCD e respetivos critérios de avaliação.	Todas as sugestões foram tidas em consideração.
Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas		
O SUGERE:	ICNF Que seja definido o QRE para o plano a partir de políticas, planos e estratégias nacionais, comunitárias e internacionais em vigor para os diferentes setores.	O QRE foi definido tendo em conta os diversos planos, políticas e estratégias a nível nacional e regional.
	Que sejam definidos os objetivos estratégicos de longo prazo para o plano e respetivo horizonte temporal e sempre que possível, estabelecer metas que possam ser base como referência de avaliação.	Os objetivos estratégicos estão definidos e identificados. Cada indicador apresenta metas a atingir, tendo em vista a sua operacionalidade.
	Deve proceder-se à análise e descrição, de preferência utilizando métodos quantitativos, de fatores de risco ambiental, bem como de potenciais conflitos ou ameaças.	Os diferentes fatores de risco ambiental são analisados no FCD “Riscos Ambientais”
	Devem ser analisadas as diferentes opções estratégicas face a indicadores de risco ambiental.	As diferentes opções estratégicas são analisadas face aos diferentes indicadores de risco ambiental, através do FCD “Riscos Ambientais”
	Que seja sugerida a opção estratégica que possa ser mais consentânea com menores riscos ambientais, assegurando as funções de manutenção e valorização do património natural numa perspectiva de complementaridades espaciais em	A sugestão foi tida em consideração.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE		Observações
	contexto de sustentabilidade.	
	Articular o presente regime de Avaliação Ambiental com os regimes de Avaliação de Impacte Ambiental e de Avaliação de Incidências Ambientais, nos casos em que sejam previsíveis impactes ambientais e especialmente aqueles que possam ter efeitos significativos sobre os sítios (SIC ou ZPE) da Rede Natura 2000 e sobre espécies, habitats de espécies ou habitats naturais.	
CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE:	Evitar a afetação da funcionalidade da Rede Fundamental de Conservação da Natureza - manter a integridade das áreas classificadas e a conectividade entre elas.	Estas medidas são tidas em consideração na análise do FCD Conservação e Valorização do Património Natural
	Evitar a afetação de habitats naturais e de espécies da Flora e da Fauna.	
	Evitar afetação de populações de Flora e de Fauna.	
	Minorar os impactes cumulativos.	
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte		
A CCDRN SUGERE:	O ponto 4.1 - Breve Caracterização e diagnóstico da área de intervenção - análise SWOT, deve também apresentar uma caracterização geral sucinta do concelho (descritiva e cartográfica).	As sugestões efetuadas foram tidas em consideração, tendo sido acrescentada uma caracterização geral sucinta descritiva e cartográfica.
	No Quadro I - Análise SWOT: _ deve ser explicado o fato de ter sido indicado como Força o Elevado peso do setor terciário acompanhado de perda de importância do setor primário no período censitário de 1991 a 2001, informação que parece contradição com o referido relativamente ao desenvolvimento da atividade agropecuária no concelho; _ deve ser corrido, quando indicado como Força o aumento superior a 100% da taxa de desemprego no período censitário de 1991 a 2001; _ deve ser esclarecido o fato de indicar como Ameaça os Problemas de abastimento de água em consequência da localização do concelho na bacia de drenagem do Rio Paiva, tendo sido considerado como Força os Elevados níveis de cobertura da população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano.	As sugestões foram tidas em consideração, através de uma revisão da análise SWOT apresentada.
	No ponto 5.1 - Opções estratégicas da proposta de revisão do PDM_MB, parece não transparecer da leitura do Quadro II,	As opções estratégicas têm em consideração a necessidade de se preservar e valorizar os recursos

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE		Observações
	a necessidade de preservar e valorizar os recursos naturais, por razões que não sejam as ligadas à promoção da atividade turística.	naturais presentes.
	No ponto 5.2 - Quadro de Referência Estratégico, devem também ser considerados os seguintes instrumentos: QREN, PENDR e o PROT-N.	A sugestão foi tida em consideração, tendo sido incluídos novos programas no QRE:
	No ponto 6. - Determinação dos fatores críticos de decisão, existem objetivos de sustentabilidade que não são contemplados nas opções estratégicas da proposta de revisão do PDM_MB.	As opções estratégicas foram reavaliadas e todos os objetivos de sustentabilidade se interligam com as opções estratégicas.
	Que a informação relativa à caracterização geral do território, seria mais conveniente apresentar no início do relatório.	A sugestão foi tida em consideração.
	Que no que diz respeito aos Quadro 7. a 13., em termos genéricos a posterior indicação de indicadores de monitorização associados aos vários FCD, devem ser revistos.	Os indicadores de monitorização foram revistos, tendo em conta os diversos pareceres das entidades e foi-lhes associado uma unidade de medida quantificável
FCD - Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Competitividade	<p>Deveria enquadrar a atividade agrícola e o turismo;</p> <p>Deveria incluir um indicador que permita aferir a taxa de ocupação dos espaços empresariais/industriais estruturados e infraestruturados, associado ao objetivo Aumentar a competitividade e atratividade do município no contexto regional e um indicador que permita avaliar a Qualificação da população associada ao objetivo Criar condições para a atração e fixação de novas empresas.</p> <p>No domínio do ordenamento, deveria incluir indicadores que permitam monitorizar os aspetos relacionados com a definição dos perímetros urbanos e as suas implicações na impermeabilização do solo.</p> <p>No domínio da qualidade de vida, deveria ser considerados indicadores associados aos transportes públicos, vocacionados para a aferição da respetiva cobertura e frequência.</p>	Todas as sugestões foram tidas em consideração.
FCD - Qualidade Ambiental	Que o indicador Valorização de resíduos (domínio resíduos) deveria ser decomposto	Na análise do indicador “valorização de resíduos” procede-se à sua decomposição.
	Que deveria ser considerado um indicador que permita aferir das situações de conflito/incumprimento no que se refere aos níveis de ruído.	A sugestão foi tida em consideração.

Sugestões, Comentários e/ou Assunto (s) Abordado (s) pela ERAE		Observações
FCD - Desenvolvimento Turístico	Que o FCD Desenvolvimento Turístico, seria melhor avaliado enquanto objetivo de sustentabilidade, se inserido no Domínio Competitividade e desenvolvimento Regional, com indicadores específicos da atividade.	A sugestão foi tida em consideração, tendo-se incluído o domínio “desenvolvimento turístico” no FCD Ordenamento do Território, Qualidade de Vida e Competitividade e Desenvolvimento Regional.
FCD - Riscos Ambientais e Tecnológicos	No domínio das cheias é sugerido considerar um indicador que permita aferir a ocupação em leito de cheia.	A sugestão foi tida em consideração.
	Deveriam ser incluídos indicadores relacionados com a identificação de estabelecimentos abrangidos pelas diretivas PCIP e SEVESO.	Não existem estabelecimentos abrangidos pelas diretivas PCIP e SEVESO, nem estão previstas nas áreas industriais.
	No quadro 4 sugere-se que se reveja os objetivos no critério Risco de Incêndio.	A sugestão foi tida em consideração.

O processo de consulta pública, de acordo com o n.º 6, do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) prevê ainda que o projeto de plano e o respetivo Relatório Ambiental sejam “submetidos a consulta pública, por iniciativa da entidade responsável pela sua elaboração, tendo em vista a recolha de observações e sugestões formuladas por **associações, organizações ou grupos não governamentais e pelos interessados** que possam de algum modo ter interesse ou ser afetados pela sua aprovação ou pela futura aprovação de projetos por aquele enquadrados”.

De forma a dar cumprimento a este procedimento, os documentos que integram a proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Moimenta estiveram disponíveis para consulta pública e esclarecimento (em formato papel e digital) na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal, no horário de expediente, e na página oficial do Município na internet (www.cm-moimenta.pt).

A consulta pública decorreu no período compreendido entre 25 de março e 26 de abril de 2015.

O período para consulta e esclarecimento foi publicitado através de Aviso e de divulgação feita na página de internet da Câmara Municipal (www.cm-moimenta.pt), em duas publicações de jornal de âmbito nacional, Jornal de Notícias, de 19 de março de 2015, Semanário Sol de 20 de março de 2015, uma publicação de âmbito regional, o Jornal Terras do Demo de 31 de março de 2015 e uma publicação de âmbito municipal o Diário de Viseu de

18 de março de 2015, bem como os editais que foram afixados em locais de maior afluência de pessoas, como as sedes das Juntas de Freguesia.

De referir que, durante esta fase de discussão pública, não foram registadas quaisquer reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento relativo aos conteúdos retratados no Relatório Ambiental ou no Resumo Não Técnico.

3.2. OS RESULTADOS DAS CONSULTAS REALIZADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 8.º (ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO EUROPEIA)

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Moimenta, não foi considerada a necessidade de efetuar consulta a nenhum estado membro da União Europeia devido, não só à localização geográfica do plano em análise, como também pelo facto de não se prever que as opções estratégicas e objetivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do plano em análise sejam suscetíveis de produzir efeitos significativos no ambiente de outro Estado Membro da União Europeia.

4. As razões que fundaram a aprovação do plano à luz de outras alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração

A revisão do PDM de Moimenta surge pela necessidade de ajustar e atualizar as estratégias de desenvolvimento que se pretendem desenvolver, devendo a proposta de revisão dispor de mecanismos e de instrumentos urbanísticos eficazes, capazes de mobilizar e de despertar dinâmicas, assim como estabelecer um modelo estratégico para o concelho que possibilite a identificação das principais preocupações e aspirações de desenvolvimento do município.

A construção do Modelo Territorial e da Estrutura de Ordenamento considera alguns fatores base que resultam da análise das dinâmicas à escala nacional e regional, e que por si só, justificam repensar o território num quadro de competitividade / sustentabilidade (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015):

- ≥ A Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro
- ≥ O Quadro de Referência Estratégico Nacional 2014/2020

O Posicionamento estratégico de Moimenta da Beira será sempre pensado em torno de dois polos, designadamente Porto e Viseu. Embora possam existir diferentes relações de dependência no quadro de relações institucionais, o reforço do eixo de ligação a Viseu é uma aposta quase natural. O mesmo se passa relativamente ao Porto. Neste quadro de relações e interdependências regionais, ganham cada vez mais importância, o IC26 e a conclusão de um esquema de acessibilidade funcional, rápida e cómoda, à A24 (nó de Lamego) e à A25 (nó de Viseu) (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015).

Desta forma, o Modelo Territorial e os diversos posicionamentos Estratégicos elegem para Moimenta três eixos fundamentais (Relatório de Fundamentação das Opções do Plano, 2015):

- Eixo 1 _Dimensão das Novas Oportunidades: Promover o cluster do Turismo Sustentável, Ecoturismo, Turismo da Natureza e do Ambiente e dinamizar a oferta e a afirmação dos Desportos Radicais, de aventura e de orientação.

- Eixo 2_ Dimensão da Dinâmica e Base Económica Local: Apostar nos projetos das zonas industriais de nova geração e no desenvolvimento da atual zona industrial promovendo a sua estruturação e ampliação. Valorizar a economia tradicional.
- Eixo 3_ Dimensão da Rede Urbana, Identidade e Coesão Social: Qualificar a Rede Urbana Municipal e apoiar a dinâmica sociocultural.

Pelo exposto, e pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Moimenta, não foram consideradas alternativas à estratégia proposta, com exceção da análise da alternativa zero (correspondente à evolução do território na ausência da implementação da proposta de revisão do plano), considerando-se que a proposta de PDM sob análise responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território concelhio.

5. As medidas de controlo previstas

De acordo com o definido na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) no Relatório Ambiental deve constar “*uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º*”.

Estas medidas devem ainda constar na presente Declaração Ambiental e ser objeto de verificação por parte da Câmara Municipal de Moimenta, na fase de seguimento do Plano, de forma a identificar e corrigir, atempadamente, os efeitos negativos imprevistos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano.

Assim, para que a proposta de revisão do PDM de Moimenta apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, foi definido um **Plano de Controlo** que visa assegurar a garantia de cumprimento das diretrizes de planeamento, de gestão, de monitorização e avaliação, aquando a execução do Plano.

Neste contexto, o Plano de Controlo insere-se na Fase de Seguimento do processo da AAE, uma vez que pretende acompanhar o ciclo de planeamento e programação no período de execução do PDM.

Importa que este Plano de Controlo seja suportado e monitorizado através dos indicadores de avaliação estratégica previamente selecionados, com o objetivo de garantir a eficácia e eficiência na execução do Plano. Para cada um dos indicadores, foram definidas Medidas de Gestão Ambiental a desenvolver durante a execução do Plano, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

O Quadro 3 apresenta os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação da revisão do PDM de Moimenta e define as medidas de gestão ambiental a desenvolver.

O Quadro 4 focaliza particularmente os indicadores de sustentabilidade definidos e o posicionamento do município de Moimenta face a metas estabelecidas, quer em documentos estratégicos, quer pela própria autarquia. Apesar de não ter sido possível obter o valor base para alguns dos indicadores identificados, considera-se importante desenvolver estudos que garantam a informação necessária para a fase de monitorização/seguimento.

Importa salientar que os indicadores apresentados no Plano de Controlo se reduzem à área territorial, às competências da Câmara Municipal no território bem como às características mais pertinentes para acompanhamento da evolução do plano.

Quadro 3 – Plano de Controlo: indicadores de sustentabilidade e medidas de gestão ambiental.

FCD	Critério	Diretrizes para seguimento
Ordenamento do Território, Desenvolvimento Regional e Qualidade de Vida	Uso do Solo/ Organização Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um correto ordenamento, utilização e gestão do espaço industrial, criando uma zona devidamente infraestruturada e com uma imagem e uma estrutura atrativas; • Assegurar a minimização de áreas impermeabilizadas nos espaços industriais criados; • Garantir e controlar, após a execução do parque Empresarial, a implementação de um Modelo de Gestão do Parque Empresarial, que estabeleça e coordene a implementação de um código de boas práticas, ambientalmente responsáveis e eco eficientes • Garantir a disponibilidade e o acesso, de todas as unidades empresariais instaladas, a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação, em todas as atividades das empresas instaladas, de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental
	Ordenamento Biofísico e Paisagístico	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a execução, qualificação e tratamento das áreas verdes e dos espaços públicos, nos espaços industriais criados; • Promover uma correta gestão dos espaços verdes • Assegurar a inserção dos Espaços Verdes na EEM
	Requalificação Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano. • Monitorizar as obras de reabilitação/recuperação garantindo que as características próprias dos edifícios são preservadas. • Promover uma política de recuperação e manutenção de edifícios degradados. • - Recuperar edifícios que representem traços da memória e da identidade locais nos diversos aglomerados.
	Acessibilidades	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o correto ordenamento da estrutura rodoviária da área do plano, bem como a inserção da nova área empresarial na estrutura viária municipal. • Criar um percurso ciclo-pedonal que permita um acesso à área empresarial mais sustentável
	Competitividade e Atratividade	<ul style="list-style-type: none"> • Promover políticas de atração e de fixação de novas unidades, desenvolvendo e implementando um plano de comunicação e de marketing territorial, direcionado para a promoção das áreas empresariais.
	Empregabilidade	<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições que promovam a fixação da população jovem no concelho, nomeadamente em termos de emprego, através da captação e fixação de novos investimentos geradores de emprego qualificado; • Criar condições para a fixação de empresas no concelho, disponibilizando todas as infraestruturas e, em especial, as

FCD	Critério	Diretrizes para seguimento
	Dinâmica Empresarial	ambientais e as tecnológicas; • Garantir a disponibilidade e o acesso, de todas as unidades empresariais instaladas, a todas as infraestruturas, bem como incentivar a incorporação, em todas as atividades das empresas instaladas, de princípios de ecoeficiência e de sustentabilidade ambiental.
	Desenvolvimento Turístico	• Promover o turismo rural como atividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável, incentivando, motivando e envolvendo os agentes/investidores locais no desenvolvimento de projetos na área do Turismo da Natureza, Turismo de habitação, Turismo em Espaço Rural e outras formas de Turismo, de forte contacto com a Natureza • Elaboração do “Green Map” Municipal. • Definição e monitorização do estado, uso e ocupação da Estrutura Ecológica Municipal e definição do Quadro de Usos e de Compatibilidades. • Elaborar Projetos de valorização das Margens Ribeirinhas. • Criar Rede de Sítios e de Acontecimentos com interesse par ao Turismo, o Recreio e o Lazer • Definir uma estratégia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável para o Município que envolva os seguintes domínios: Liderança, Criação de Redes de Sítios, Envolvimento de Parceiros, Estratégia de Animação e de Comunicação e Marketing.
	Valorização Cultural	• Elaborar a Carta do Património Municipal. • Garantir um espaço público atrativo e confortável • Promover uma correta utilização e gestão dos equipamentos • Criar infraestruturas e equipamentos de utilização coletiva atrativos e que permitam o usufruto por parte das comunidades locais e dos trabalhadores da área empresarial
	Utilização Coletiva	

FCD	Critério	Diretrizes para seguimento
Conservação e Valorização do Património Natural	Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Adoção das orientações de gestão referidas no Plano sectorial da Rede Natura 2000 para as Áreas Classificadas em causa • Promoção de ações de divulgação e de sensibilização ecológica, integradas em dinâmicas de turismo de natureza. • Promover a sinalização de trilhos usados para pedestrianismo de forma a compatibilizá-los com os requisitos para a homologação de percursos pedestres • Promover a integração de trilhos já usados em eventos de pedestrianismo ou em rotas temáticas de programas de visitação • Planeamento e execução de programas de turismo de natureza
	Estrutura Ecológica Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • Definição e monitorização do estado, uso e ocupação da Estrutura Ecológica Municipal e definição do Quadro de Usos e de Compatibilidades • Promover ações de conservação dos sistemas biofísicos, e dos elementos, que integram a EEM
	Floresta	<ul style="list-style-type: none"> • Criação e implementação de ZIFs. • Elaborar planos de gestão da floresta • Implementação e infraestruturização de áreas de lazer com conexão a trilhos / rede de caminhos tradicionais devidamente marcados e sinalizados.

FCD	Critério	Diretrizes para seguimento
Qualidade Ambiental	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a quantidade de resíduos valorizáveis com destino final no aterro. • Monitorizar os resíduos valorizáveis e os que vão para aterro. • Promover ações de sensibilização de separação de resíduos, relativas à implementação de boas práticas de gestão de resíduos sólidos urbanos no âmbito da recolha seletiva, e promoção da redução, reutilização e reciclagem dos resíduos produzidos. • Adotar um sistema de recolha seletiva de RSU recorrendo às melhores tecnologias disponíveis (MTDs), nomeadamente, a aspiração de RSU por vácuo, implementando pólos de recolha em todas as infraestruturas a construir. • - Colocar ecopontos semienterrados com capacidade até 5000l, para papel, embalagens e vidro, visando a recolha seletiva.
	Água	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a conservação e sustentabilidade dos recursos hídricos. • Promover ações de sensibilização relativas à implementação de boas práticas de gestão dos recursos hídricos (medidas de redução do consumo de água, entre outras). • Assegurar o uso racional e eficiente da água. • - Assegurar o cumprimento nas normas de qualidade das águas para consumo humano • Estabelecer um programa de monitorização do consumo de água • Assegurar e promover ações que visem o uso eficiente e racional da água, como a implementação de sistemas que identifiquem as perdas existentes na rede de distribuição. • Assegurar que os sistemas de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais se encontram a funcionar de forma adequada.
	Ruído	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento dos valores limite estipulados para o ruído em áreas urbanas
	Ar	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um conjunto de ações que visem diminuir a emissão de GEE e controlar a emissão de poluentes para a atmosfera. • Assegurar o cumprimento dos valores-limite estipulados para os poluentes regulamentados.
	Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Fomentar a implementação de sistemas de gestão de energia, através da avaliação de consumos (programa de monitorização). • Promover ações de sensibilização relativas à poupança de energia • Promover medidas de incentivo ao uso de energias renováveis • Garantir a Certificação Energética dos Edifícios públicos

FCD	Critério	Diretrizes para seguimento
Riscos Ambientais	Risco de Incêndio	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o cumprimento das orientações e responsabilidades estabelecidas pelo PMDFCI e PROF – Douro • Fomentar a implementação de planos de emergência. • Assegurar a reflorestação das áreas percorridas por incêndios florestais atendendo às boas práticas silvícolas. • Promover ações de sensibilização à população sobre comportamentos de risco. • Assegurar a reflorestação das áreas percorridas por incêndios florestais atendendo às boas práticas silvícolas.
	Risco de Cheias	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir a existência de medidas de defesa contra o risco de inundação • Garantir a limpeza e desassoreamento das linhas de água. • Garantir o cumprimento de boas práticas de proteção do solo e dos ecossistemas no que refere a solos com características passíveis de inundação, em fase de construção e de seguimento de projetos. • Monitorizar a implementação dos planos de emergência face à ocorrência de situações de inundação. • Garantir a operacionalização dos planos de emergência em caso de ocorrência de inundação
	Risco de Erosão e Deslizamento de Terras	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a reflorestação com espécies autóctones e edafoclimaticamente adaptadas ao território em áreas ardidas. • Adaptar práticas de conservação do solo.
	Risco de Acidentes Industriais	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar a ocorrência de acidentes industriais, nomeadamente derrames, explosão e incêndio industrial • Fomentar a implementação de planos de emergência. • Garantir a implementação das normas de higiene e segurança em função das características das atividades a instalar.

Quadro 4 – Plano de Controlo: Indicadores de sustentabilidade e posicionamento do Município de Moimenta relativamente às metas pretendidas para a área do Plano

FCD	Critério	Indicadores	Unidade	Fonte da Informação / Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição	
Ordenamento do Território e Qualidade de Vida	Uso do Solo / Organização Espacial	População Residente	N.º	INE/2011	10212	Anual	
		Taxa de variação da População residente por grupos etários	0-14	%	INE/2011	-7,78	Decenal
			15-24	%	INE/2011	-23,94	Decenal
			25-64	%	INE/2011	-29,56	Decenal
			65-74	%	INE/2011	-1,12	Decenal
			75 e mais anos	%	INE/2011	1,51	Decenal
		Densidade populacional	hab/km ²	INE/2011	46,4	Decenal	
		Solo Rural	ha	CMMB	20409,34	Decenal	
		Solo Urbano	ha	CMMB	1590,66	Decenal	
	Planos Municipais de Ordenamento do Território	N.º	DGOTDU/CMMB/2011	3	Bianual		
	Ordenamento Biofísico e paisagístico	Espaços Naturais	ha	CMMB	828,46	Decenal	
		REN Proposta	ha	CMMB	6995,7	Decenal	
		RAN Proposta	ha	CMMB	5808,33	Decenal	
		Espaço Florestal	ha	CMMB	11841,82	Decenal	
		Espaço Agrícola	ha	CMMB	7637,25	Decenal	
		Estrutura Ecológica Municipal	ha	CMMB	12499,8	Decenal	
		Rede Natura 2000	ha	CMMB	1414	Decenal	
		Regime florestal	ha	CMMB	3303,57	Decenal	
	Requalificação Urbana	Solo urbanizado	ha	CMMB	1308,68	Decenal	
		Solo cuja urbanização é possível programar	ha	CMMB	281,98	Decenal	
		Solo afeto à estrutura ecológica municipal	ha	CMMB	29,4	Decenal	
		Áreas proposta RPDM	ha	CMMB	1590,66	Decenal	
	Acessibilidades	Rede Viária	km	CMMB	-	Bianual	
		Transportes	Escolares	N.º		1	Anual
			Públicos de Passageiros (Empresa)	N.º	CMMB	1	Anual
	Competitividade e Atratividade	Espaços empresariais/industriais infraestruturados	ha	CMMB	1	Decenal	
		Taxa de ocupação dos espaços industriais	%	CMMB	80	Decenal	

FCD	Critério	Indicadores		Unidade	Fonte da Informação / Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição		
		Taxa de Infraestruturas	Água	%	CMMB/2014	96	Bianual		
			Saneamento	%	CMMB/2014	99	Bianual		
			Gás	%	CMMB/2014	-	Bianual		
			Eletricidade	%	CMMB/2014	-	Bianual		
		Espaços de recursos geológicos			N.º	CMMB	5	Decenal	
		Fontes de energias alternativas (Implantação de infraestruturas para produção de energias limpas)	Energia Eólica (Parques)	N.º	CMMB/2014		1	Bianual	
			Energia Hidroelétrica (Barragens)	N.º	CMMB/2014		1	Bianual	
	Empregabilidade	População residente, segundo a qualificação académica	Nenhum Nível de Escolaridade	%	INE/2011		9	Decenal	
			Ensino Básico – 1º Ciclo	%	INE/2011		41	Decenal	
			Ensino Básico – 2º Ciclo	%	INE/2011		9	Decenal	
			Ensino Básico – 3º Ciclo	%	INE/2011		12	Decenal	
			Ensino Secundário	%	INE/2011		16	Decenal	
			Ensino Pós-secundário	%	INE/2011		1	Decenal	
			Ensino Superior	%	INE/2011		12	Decenal	
		Evolução da População Ativa por Atividades Económicas	Setor Primário	%	INE/2011		11	Decenal	
			Setor Secundário	%	INE/2011		23	Decenal	
			Setor Terciário (Social)	%	INE/2011		32	Decenal	
			Setor Terciário (Económico)	%	INE/2011		34	Decenal	
		Taxa de Atividade			%	INE/2011		37.9	Decenal
		Taxa de Desemprego			%	INE/2011		10	Decenal
	Estruturas de apoio à formação profissional			N.º	CMMB/2014		3	Bianual	
	Dinâmica Empresarial	Atividades Económicas instaladas no Concelho		N.º	INE/2012		956	Anual	
		Atividades económicas de base local	Agrícolas	N.º	CMMB/2014		-	Anual	
Agropecuárias			N.º	CMMB/2014		-	Anual		
Produção de Energia			N.º	CMMB/2014		-	Anual		

FCD	Critério	Indicadores		Unidade	Fonte da Informação / Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição	
			Transformação de Inertes	N.º	CMMB/2014	-	Anual	
			Explorações agropecuárias e Florestais existentes	N.º	CMMB/2014	-	Anual	
	Desenvolvimento Turístico	Áreas com Aptidão Turística			N.º	CMMB/2014	6	Decenal
					N.º	CMMB/2014	3	Bianual
			Percursos Pedestres		N.º	CMMB/2014	3	Bianual
			Circuitos Turísticos		N.º	CMMB/2014	8	Bianual
			Parques de Lazer		N.º	CMMB/2014	2	Anual
			Praias Fluviais		N.º	CMMB/2014	1	Anual
		Unidades de Alojamento	Hotel		N.º	CMMB/2014	3	Anual
			Turismo Rural		N.º	CMMB/2014	1	Anual
			Turismo de Habitação		N.º	CMMB/2014	2	Anual
			Alojamento Local		N.º	CMMB/2014	-	Anual
		Atividades de Turismo de Natureza/Turismo Rural		N.º	CMMB/2014	-	Anual	
	Valorização cultural	Imóveis Classificados		N.º	IGESPAR/2014	11	Anual	
		Sítios Arqueológicos		N.º	IGESPAR/2014	110	Anual	
		Reabilitação de Edifícios Urbanos Degradados		N.º	CMMB/2014	30	Anual	
	Utilização coletiva	Lista de projetos/intervenções de qualificação no espaço público			N.º	CMMB/2014	6	Anual
		Equipamentos Utilização Coletiva	Desportivos		N.º	CMMB/2014	19	Decenal
			Ensino		N.º	CMMB/2014	28	Decenal
			Sociais		N.º	CMMB/2014	13	Decenal
			Saúde		N.º	CMMB/2014	8	Decenal
			Culturais, Recreativos e Lazer		N.º	CMMB/2014	16	Decenal
Segurança Públicas e Proteção Civil				N.º	CMMB/2014	36	Decenal	

FCD	Critério	Indicadores	Unidade	Fonte da Informação / Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição
Conservação e valorização do património natural	Património Natural	Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	ha	ICNF/2014	1414	Decenal
		Plano de gestão para a área classificada e sistemas de apoio à gestão das áreas classificadas	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
		Ações de monitorização de espécies e de habitats prioritários	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
		Planos de ação para espécies prioritárias	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
		Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
		Participação em Ações de fiscalização	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
		Equipamentos de apoio à interpretação/divulgação valores naturais	N.º e Tipologia	ICNF/2014	0	Decenal
		Ações de divulgação e de sensibilização ecológica	N.º	ICNF/2014	-	Anual
		Rotas ou programas de visitaçào	N.º	ICNF/2014	0	Anual
		Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	N.º			Anual
		Espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária	N.º	ICNF/2014	1	Decenal
		Ações de conservação de espécies	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
		Habitats prioritários	Tipologia	ICNF/2014	4	Decenal
		Ações de conservação de habitats	N.º	ICNF/2014	-	Decenal
	Estrutura Ecológica Municipal	Área do Concelho Integrada na EEM	HA	CMMB/2014		Decenal
		Sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM	HA	CMMB/2014	0	Decenal
	Floresta	Zonas de Intervenção Florestal	N.º	ICNF/2014	0	Decenal
		Área de floresta de proteção (Regime Florestal)	HA	ICNF/2014	3303	Decenal
		Área de floresta com plano(s) de ação e/ou gestão proposto(s)	HA		-	Decenal
		Áreas de distribuição das espécies vegetais invasoras	HA	CMMB/2014	-	Bianual
		Ações de controlo de espécies vegetais invasoras	N.º	CMMB/2014	-	Decenal
		Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	N.º	CMMB/2014	11	Anual

FCD	Critério	Indicadores	Unidade	Fonte da Informação/Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição		
Qualidade Ambiental	Gestão dos Resíduos	Densidade habitacional	fogos/km ²	INE/2011	32.5	Decenal		
		Produção de resíduos	kg/hab	INE/2011	351	Anual		
		Valorização de resíduos	Energética	toneladas	INE/2011	0	Anual	
			Orgânica	toneladas	INE/2011	0	Anual	
	Multimaterial		toneladas	INE/2011	331	Anual		
	Gestão da Água	Qualidade da água	superficial	Qualidade	SNIRH/2014	Boa	Anual	
			subterrânea	Qualidade	SNIRH/2014	<A3	Anual	
		Consumo de água	m ³ /hab	INE/2009	74	Anual		
		População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	INE/2009	98	Bianual		
		Utilização da água, por setor de atividade	Doméstico	m ³	INE/2009	793000	Bianual	
			Industrial		INE/2009	-	Bianual	
			Comercial e serviços		INE/2009	-	Bianual	
			Agrícola e Pecuário		INE/2009	-	Bianual	
		Perdas no sistema de abastecimento	%		50	Anual		
		População servida por sistema de drenagem de águas residuais	%	INE/2009	99	Bianual		
		População servida por sistemas tratamento de águas residuais	%	INE/2009	83	Bianual		
	Níveis de Ruído	População afetada pelos níveis de ruído, por classes de nível de ruído	Lden	<45	%	CMMB/2014	56	Decenal
				45-50	%	CMMB/2014	19	Decenal
				50-55	%	CMMB/2014	11	Decenal
				55-60	%	CMMB/2014	10	Decenal
				60-65	%	CMMB/2014	3	Decenal
65-70				%	CMMB/2014	0	Decenal	
>70				%	CMMB/2014	0	Decenal	
Ln			<45	%	CMMB/2014	86	Decenal	
			45-50	%	CMMB/2014	9	Decenal	
	50-55	%	CMMB/2014	5	Decenal			

FCD	Critério	Indicadores		Unidade	Fonte da Informação/Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição	
				55-60	%	CMMB/2014	0	Decenal
				60-65	%	CMMB/2014	0	Decenal
				65-70	%	CMMB/2014	0	Decenal
				>70	%	CMMB/2014	0	Decenal
		N.º de ocorrências de incumprimento dos valores máximos de ruído		N.º	CMMB/2014	-	Decenal	
	Qualidade do Ar	Qualidade do ar	Mau	N.º Dias	APA/2013	0	Anual	
			Fraco	N.º Dias	APA/2013	7	Anual	
			Médio	N.º Dias	APA/2013	58	Anual	
			Bom	N.º Dias	APA/2013	269	Anual	
			Muito Bom	N.º Dias	APA/2013	1	Anual	
		Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites		N.º	APA	-	Anual	
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão		N.º	CMMB/2014	0	Anual		
	Gestão Energética	Consumo de energia (gás, eletricidade, combustíveis líquidos)	Eletricidade	Doméstico	Kwh	INE/2012	10752024	Bianual
				Indústria	Kwh	INE/2012	4267435	Bianual
				Agricultura	Kwh	INE/2012	1291152	Bianual
				Iluminação de vias públicas	Kwh	INE/2012	2582404	Bianual
			Iluminação de edifícios do estado	Kwh	INE/2012	1304392	Bianual	
			Gás		INE/2012	-	Bianual	
		Combustíveis Líquidos		INE/2012	-	Bianual		
		Planos de Eficiência Energética do Município		N.º	CMMB/2014	0	Decenal	
		Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	Hídrica <10 mw	Hídrica <10 mw	GWh	DGGE	-	Anual
Hídrica >10 mw				GWh	DGGE	-	ANUAL	
Biomassa	GWh		DGGE	-	ANUAL			
Eólica	GWh		DGGE	-	ANUAL			

FCD	Critério	Indicadores	Unidade	Fonte da Informação/Ano	Situação Atual	Periodicidade de Medição	
Riscos Ambientais	Incêndio	Risco de Ocorrência de Incêndios	Classe	CMMB/2012	Alta	Anual	
		Área ardida	ha	CMMB/2011	147,5	Anual	
		N.º de ocorrências de incêndios	N.º	CMMB/2011	63	Anual	
		N.º de ocorrências de incêndios em áreas Urbanas	N.º	CMMB/2011	-	Anual	
		N.º de edifícios afetados	N.º	CMMB	-	Anual	
		Corporações de bombeiros existentes no concelho	N.º	CMMB/2014	1	Anual	
		planos de prevenção e combate a incêndios em edifícios Públicos	n.º	CMMB/2014	1	Anual	
	Cheias	Precipitação	mm	IPMA/2014	1023	Anual	
		Área impermeabilizada	ha	CMMB/2014	-	Decenal	
		Ocorrência de Cheias	N.º	CMMB/2014	-	Anual	
		Áreas Inundadas	ha	CMMB/2014	-	Anual	
		Ocupação em leito de cheia	ha	CMMB/2014	-	Decenal	
		Plano de Emergência para a Barragem de Vilar	N.º	CMMB/2014	-	Decenal	
	Erosão e Deslizamento de Terras	Uso do solo	Floresta	ha	CMMB/2014	11841,82	Decenal
			Agricultura	ha	CMMB/2014	7627,35	Decenal
			Incultos	ha	CMMB/2014	-	Decenal
			Social	ha	CMMB/2014	1590,66	Decenal
		Precipitação	mm/m ³	IPMA/2014	1023	Anual	
		Ocorrência de deslizamentos de terras	ha	CMMB/2014	-	Anual	
		Ocorrência de erosão	ha	CMMB/2014	-	Anual	
	Acidentes industriais	Área de terreno afetada em resultado de ocorrência de derrame	ha	CMMB/2014	0	Anual	
		Existência de planos e mecanismos de prevenção e minimização de derrames	N.º	CMMB/2014	0	Anual	
		Número de ocorrências de explosão	N.º	CMMB/2014	0	Anual	
Existência de planos e mecanismos de prevenção e minimização de explosões		N.º	CMMB/2014	0	Anual		
Número de indústrias com planos de prevenção e minimização face a situações de explosão e derrame		N.º	CMMB/2014	0	Anual		

Para que a proposta de revisão do PDM de Moimenta apresente uma contribuição efetiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, deverão ser cumpridas as medidas propostas no Plano de Controlo, que permitirão ao município atingir as metas de sustentabilidade que preconizou, alcançando deste modo as metas definidas em documentos estratégicos.

Avaliada a eficácia do plano de controlo, a sua revisão permitirá aferir, reforçar ou corrigir, aspetos contemplados nas medidas de controlo que terão influência direta nas questões relacionadas com o ordenamento do território e com a qualidade ambiental do concelho.

Avaliação Ambiental
Estratégica_
Declaração
Ambiental

29 de junho de 2015

Revisão do Plano Diretor Municipal de **Moimenta da Beira**